



# Esquerda

Nº 35 | 50 CÊNTIMOS | ABRIL 2009 | MENSAL

JORNAL DO BLOCO DE ESQUERDA | WWW.ESQUERDA.NET

## FIM DA IRRESPONSABILIDADE FISCAL



A Assembleia da República aprovou, após 10 anos de luta do Bloco de Esquerda, o fim do sigilo bancário, essencial para o combate ao crime económico. Após a aprovação, os defensores do capitalismo tóxico lançaram uma feroz ofensiva contra a medida e a luta irá continuar. PÁG. 4 e 5

### MAYDAY 2009: UM GRITO CONTRA A PRECARIEDADE



Pela terceira vez em Portugal, centenas de jovens mobilizam-se para mais uma parada Mayday no primeiro dia do mês de Maio. PÁG. 12

### EM GAZA OU LAMPEDUSA, SENTI QUE VALIA A PENA SER DEPUTADO



O eurodeputado Miguel Portas fala do seu trabalho, da crise, da Europa e da esquerda europeia. GLOBAL



# PINOCHET E AS CONTAS ESCONDIDAS NO BES



O BES e outras três instituições financeiras, colaboraram com o ditador Pinochet, mantendo contas secretas, numa subsidiária na Florida, EUA, para onde este desviou cerca de 27 milhões de dólares. O caso foi referido por Francisco Louçã no debate do pacote anti-corrupção do Bloco, na AR, no dia 16 de Abril, e está documentado num relatório do Senado norte-americano e em diversa imprensa estrangeira. **TEXTO DE CATARINA OLIVEIRA**

Há quatro anos que a justiça chilena tenta saber onde estão os 27 milhões de dólares que Augusto Pinochet desviou do Estado para as contas nos Estados Unidos. Face à falta de resultados, no passado mês de Março o Conselho de Defesa do Estado do Chile interpôs uma acção judicial contra os bancos que esconderam o dinheiro de Pinochet, sediados nos EUA: Banco Chile, Santander, PNC (antigo Banco Riggs), e Banco Espírito Santo, numa subsidiária em Miami, na Flórida.

Um relatório da subcomissão de inquérito do Senado norte-americano, elaborado em Março de 2005, confirmou que o antigo ditador chileno, falecido em 2006, tinha 125 contas nestes quatro bancos nos EUA. O processo movido pelo Estado chileno contra estas instituições financeiras tem precisamente por base a ocultação de informações de contas secretas que o ex-ditador mantinha no país.

O relatório da comissão de investigação do senado indica que, entre 1991 e 2000 o BES terá recebido transferências no montante de 3,91 milhões de dólares (2,9 milhões de euros), depositados em contas pessoais e de off-shores detidos por Pinochet.

Os cerca de 27 milhões de dólares desviados durante os 17 anos em que esteve no poder, terão como proveniência principal os fundos reservados do Estado, mas também subornos e comissões que o ditador ame-

alhava em negócios militares.

A dimensão deste desfalque tornou-se pública na sequência do ataque às torres gémeas de Nova Iorque, a 11 de Setembro de 2001, quando as autoridades norte-americanas desencadearam investigações sobre o financiamento do terrorismo e lavagem de dinheiro.

O escrutínio efectuado às operações do Banco Riggs acabou por dar origem a uma investigação autónoma do Senado norte-americano sobre as relações deste banco com Pinochet, conduzida pelos senadores Carl Levin (democrata) e Norm Coleman (republicano).

A investigação concluiu que o BES contratou para liderar a sua filial em Miami o mesmo homem que tinha feito carreira no banco Riggs e administrava pessoalmente as contas bancárias onde Pinochet depositava o produto dos seus crimes e evasão fiscal.

O relatório do Senado diz ainda que banco tentou esconder aos investigadores as contas de Pinochet na sua filial nas Ilhas Caimão, um banco fantasma que na altura não tinha um único empregado.

A investigação diz ainda que mesmo após a justiça espanhola ter ordenado, em 1998, o congelamento dos bens de Pinochet em todo o mundo, o BES nunca avisou as autoridades do dinheiro criminoso que guardava deste cliente muito especial. Nos dois anos seguintes, fez sair esse dinheiro para outros

destinos, sempre agindo sob as ordens do ex-ditador, segundo testemunharam responsáveis do banco em Miami.

Pinochet controlava ao todo seis contas no BES, sob nomes disfarçados por iniciais como A.P. Ugarte e empresas criadas no off-shore do banco como o Santa Lucia Trust ou Trilateral International Trading. A única que podia ser directamente associada ao ditador estava aberta em nome da filha, Jacqueline Pinochet.

No relatório final afirma-se que esta é “uma história sórdida de lavagem de dinheiro” e as instituições não escapam a duras críticas: “a informação mostra que a rede de contas de Pinochet nos EUA era mais extensa, durou mais tempo e envolveu maior número de bancos do que se pensava. Alguns bancos ajudaram-no activamente a esconder o seu dinheiro”.

No documento constam ainda graves acusações que contrariam a imagem impoluta que Pinochet sempre quis passar à opinião pública. “Como antigo general e presidente do Chile, Pinochet era bem conhecido como violador dos direitos humanos e ditador violento. Mesmo a mais rudimentar obediência às regras federais de ‘conheça o seu cliente’ teriam sugerido que estas contas deviam ser investigadas e fechadas há muito tempo”.

Na altura da divulgação do relatório, o senador Carl Levin acusou os bancos referidos de

“ajudarem um ditador estrangeiro a esconder os recursos do seu próprio povo”.

O documento do senado americano dá conta do esquema utilizado por Pinochet para ocultar a origem das contas: o ex-ditador distribuía os montantes amealhados por dezenas de contas, todas elas abaixo do limite legal de 13 milhões de euros, para evitar que fossem denunciadas às autoridades chilenas.

No debate na AR, Francisco Louçã comentou uma entrevista de Ricardo Salgado, dias antes ao Jornal de Negócios, em que o presidente do banco fez uma “proposta” ao Parlamento: os bancos deveriam aceitar acabar com os ‘offshore’ se lhes prometerem uma amnistia sobre a sua actividade. “Das duas uma: ou é uma amnistia para crimes cometidos nesses off-shores, e eu digo-lhe que não, ou trata-se de uma amnistia fiscal para o dinheiro que não foi pago por quem utilizou esses ‘off-shores’ e eu digo que não também”, defendeu Francisco Louçã, na sua intervenção.

E rematou: “os ‘offshores’, as contas secretas, protegeram o crime e não, não pode haver nenhuma amnistia para os crimes económicos. Respondo por isso a Ricardo Salgado: todos têm de ser responsabilizados pelos seus crimes, não há amnistias para os ‘offshores’”.

Na ocasião o deputado do Bloco trouxe todo o caso para a

ordem do dia, quando acusou o BES de ter “escondida parte da fortuna de Augusto Pinochet, segundo a Justiça chilena que não consegue reaver o dinheiro”.

No mesmo dia, através de um comunicado, o BES desmentiu estas declarações, acusando Louçã de mentir “de forma propositada”, garantindo não existir qualquer relação financeira com o antigo ditador chileno e que não ocultou nenhuma informação relativamente a esse assunto.

No documento, o BES chamou três vezes “mentiroso” a Francisco Louçã e atribuiu-lhe “obsessões patológicas”.

A resposta foi pronta. O Bloco lembrou que “o processo aberto pelo governo chileno foi noticiado pela imprensa económica de referência internacional” – nomeadamente a revista Forbes,

**“Assim funciona o segredo bancário ou as sociedades off-shores: servem para esconder dinheiro e, no caso do Chile, para esconder o dinheiro que tem a marca do sangue de uma ditadura militar”**



## EDITORIAL

CARLOS SANTOS

## O ILUSTRE BENFEITOR



AUGUSTO PINOCHET

o jornal Financial Times ou a agência Reuters, entre vários outros meios de comunicação social – e que essas notícias “nunca foram desmentidas pelo banco”.

Na resposta o Bloco frisou também que “não há nenhuma amnistia - seja ela global ou não - que possa entrar em vigor em território nacional sem a prévia aprovação da Assembleia da República”.

E foi ao cerne da questão: “no momento em que, a nível internacional, se aperta o cerco aos offshores e os despuddorados prémios dos gestores bancários, o Bloco de Esquerda compreende bem o nervosismo de Ricardo Salgado. Tem muito menos a ver com as declarações do deputado, mas antes com os diplomas do Bloco hoje aprovados pelo

Parlamento”, referiu o comunicado.

No dia seguinte, Francisco Louçã reiterou ainda, em conferência de imprensa, que se confirma “a relação financeira entre o banco e o ex-ditador, protegida pelo segredo das contas e dos off-shores ao longo de oito anos”, ao contrário do que afirmou Ricardo Salgado. Louçã entregou diversas notícias publicadas na imprensa estrangeira sobre este assunto, que tal como o relatório do Senado norte-americano se encontram disponíveis para consulta no portal esquerda.net.

“A grande imprensa de referência internacional identifica o Banco Espírito Santo como receptor de uma parte da fortuna de Augusto Pinochet. Foi há quatro anos e a Justiça chilena ainda não tem res-

posta”, sublinhou o dirigente bloquista. “O BES tem é que se preocupar em dar uma resposta cabal à justiça chilena”, avisou.

E lembrou que no passado Ricardo Salgado reconheceu a existência dessas contas, quando informou que iria despedir o director da agência de Miami. “Não se vai despedir um director pelo facto de ele ter recusado o dinheiro e de ter cumprido as leis. Só se poderia despedir se ele tivesse recebido dinheiro sujo”, insistiu.

“Assim funciona o segredo bancário ou as sociedades off-shores: servem para esconder dinheiro e, no caso do Chile, para esconder o dinheiro que tem a marca do sangue de uma ditadura militar”, disse Louçã.

No dia 23 de Fevereiro de 2009 as pessoas que jantavam num certo restaurante de Braga ficaram espantadas: um ilustre benfeitor tinha-lhes pago a conta e não sabiam porquê. Mas é facilmente explicável. O homem não cabia em si de contente. Tentara corromper o vereador Sá Fernandes com 200 mil euros para que este não contestasse o fabuloso negócio da permuta entre os terrenos da Feira Popular e do Parque Mayer, em Lisboa. Denunciado, tinha ouvido a sentença naquele dia: multa de cinco mil euros por tentativa de corrupção para acto lícito. A tentativa de corrupção tinha ficado provada, mas a lei, que o PS não quis mudar, diferencia de forma absurda entre acto lícito e acto ilícito. E o tribunal, apesar de dar como provada a tentativa de corrupção, condenou o réu com a referida multa.

Por isso, é bem compreensível a sua enorme felicidade. Ficou provado que tinha tentado corromper e, com isso, ficaram desmascaradas as patranhas que inventou, negando o que fizera e vitimizandose. Mas isso pouco lhe importa, porque sabe que haverá sempre um qualquer autarca que faz jus à velha máxima de um antigo político brasileiro: “Eu roubo, mas faço!”. Agora a multa de cinco mil euros era verdadeiramente importante, afinal era apenas 2,5% do que tinha oferecido ao vereador. E, pensando bem, ser conhecido como um corruptor não era mau, porque alargava o mercado. No final de contas, bem aventurado o momento em que tinha tentado corromper o vereador, tornara-se uma personalidade conhecida nacionalmente, um homem do qual todos diriam: “tem um poder imenso”.

Alguns dos seus amigos autarcas, nomeadamente o edil “socialista” de Braga, acharam que o homem não podia ficar sozinho na sua euforia e que era preciso rapidamente dar-lhe melhores condições para alargar os seus negócios. Daí, presentearam-no com a presidência da Braval, a empresa de tratamento de resíduos sólidos do Baixo Cávado, que engloba os municípios de Braga, Póvoa de Lanhoso, Amares, Vila Verde, Terras do Bouro e Vieira do Minho. Uma iniciativa que, portanto, envolvia politicamente um largo bloco central, com autarcas do PS, do PSD e do CDS.

Só que o Bloco de Esquerda não se calou. Denunciou o escândalo, tornou-o um caso nacional, acabando por obrigar a, depois de vários dias, todos os restantes partidos virem condenar a decisão das Câmaras do Baixo Cávado. Domingos Névoa achou que mais uma vez tinha perdido a partida e que, para evitar males maiores, o melhor era demitir-se de presidente da Braval.

Na política em Portugal há uma realidade indesmentível nos últimos 10 anos: o Bloco de Esquerda não se acomoda, denuncia e combate a corrupção, por mais ilustres que sejam os corruptores, apesar dos silêncios de uns e da cumplicidade de outros. Foi por isso que foi possível aprovar no parlamento o fim do sigilo bancário. Independentemente das vicissitudes que o projecto aprovado ainda possa sofrer, toda a gente sabe que pode confiar no Bloco para combater a corrupção, um dos principais meios com que o poder económico viola a democracia e se impõe sobre o poder político.



# PASSO DE GIGANTE NO COMBATE À CORRUPÇÃO

Três projectos de um vasto pacote legislativo anti-corrupção e evasão fiscal do Bloco foram aprovados na generalidade na AR, no dia 16 de Abril, sendo de destacar o diploma que propôs o levantamento do sigilo bancário. Esta aprovação marca por isso, como referiu Francisco Louçã, um “ponto de viragem” no futuro da política de combate à fraude e a corrupção.

TEXTO DE CATARINA OLIVEIRA



Há vários anos que o Bloco vinha defendendo o sigilo bancário como condição primeira para o combate à corrupção, mas os avanços na lei foram quase nulos. Actualmente os níveis de fuga ao fisco em Portugal situam-se entre os 5 e 10% do PIB, de acordo com as autoridades financeiras internacionais.

“As leis que hoje vão ser votadas são um novo começo depois de anos perdidos no combate à corrupção, esta é uma urgência nacional”. Foi com esta frase que Francisco Louçã, abriu o debate potestativo, no passado dia 16, em que o Bloco apresentou um pacote de diplomas visando uma regulação competente do sistema financeiro e o combate à corrupção. Estava dado o mote para uma sessão histórica, em que o Bloco fez aprovar uma proposta encarada como fundamental, mas sempre adiada pelos sucessivos governos: o levantamento do sigilo bancário, permitindo o acesso à informação bancária dos cidadãos, sempre que o Fisco o solicite.

Também de assinalar a aprovação do diploma que contempla o pagamento de uma taxa de IRS de 75 por cento sobre as indemnizações de saída dos administradores de empresas, no caso destas excederem o montante estabelecido pela lei geral para a cessação de contrato de trabalho. A mesma taxa de tributação será aplicada aos prémios dos gestores, em vez dos actuais 42%. Refira-se que em 2008 foram pagos prémios de valor superior a 100 milhões de euros a administradores afastados por “incompetência” ou por estarem a ser investigados a respeito de crimes de mercado. O Bloco fez ainda aprovar a divulgação obrigatória das remunerações individualizadas dos administradores das empresas cotadas em bolsa.

Depois de anos de tentativas, a mais recente em Novem-

bro passado, a aprovação da alteração da lei do sigilo bancário, na generalidade, com os votos favoráveis de toda a Esquerda (só o deputado socialista Vítor Baptista votou contra, considerando que o seu partido “cedeu” à tentação dos votos), e a abstenção do PSD e CDS, surge na sequência de várias manifestações de apoio, que deverão ter levado à inversão de posição dos socialistas. João Cravinho, antigo ministro socialista e autor de um pacote legislativo anti-corrupção que o Governo de José Sócrates deixou cair, foi um dos críticos da acção do Executivo, em matéria de combate à corrupção, defendendo que a proposta do Bloco é uma medida que “já há muito devia ter sido tomada para efeitos da administração fiscal”. O PR, Cavaco Silva, que desde há anos defendeu publicamente o fim do segredo bancário, voltou a tomar posição pública agora, sustentando esta medida como forma de “prevenir a fraude”.

Até agora o poder de levantamento do sigilo bancário já existia, sem recurso a qualquer instância judiciária, mas era apenas concedido à Comissão de Mercados de Valores Imobiliários (CMVM), para combater as fraudes no mercado de capitais. Verificava-se por outro lado uma “discriminação de classe no levantamento do segredo bancário”. Quem se candidate a receber o Complemento de Solidariedade para Idosos e o Rendimento Social de Inserção vê as suas contas verificadas pelo fisco mas esta fiscalização não se aplica em nenhuma outra prestação social ou despesa pública.

O projecto de lei do Bloco assenta na alteração do artigo da Lei Geral Tributária que regula o acesso a informação abrangido pelo sigilo bancário (artigo 63-B). Prevê-se a possibilidade de acesso pela administração fiscal “a todas as informações ou documentos bancários re-

levantes” (ou seja, depósitos, transferências bancárias e aplicações financeiras dos contribuintes) como forma de detectar rendimentos não declarados pelos contribuintes e sem efeito suspensivo, mediante oposição do contribuinte.

Os pormenores de regulamentação deverão ser aprovados no prazo de 90 dias, mas é de esperar que o Governo venha ainda propor alterações ao diploma, já que a escassas horas da aprovação da proposta do Bloco decidiu apresentar um projecto sobre o mesmo assunto, num timing que resultou de “mera coincidência”, como referiu o ministro das Finanças, Teixeira dos Santos. (Ver Caixa)

Os outros quatro projectos que faziam parte do pacote do Bloco de combate à corrupção foram chumbados. O encerramento dos off-shores europeus, que representam 61% do total dos movimentos especulativos do mundo, uma das principais medidas que o Bloco quer ver o Governo a defender junto da União Europeia, foi rejeitada pelo PS. O mesmo sucedeu com o projecto de lei que estabelecia o imposto de solidariedade sobre as grandes fortunas, que ainda assim teve o voto favorável dos deputados do PS Manuel Alegre, Teresa Portugal, Eugénia Alho e Júlia Caré, tal como o anterior. O projecto de lei para a determinação de regras de acesso a benefícios fiscais em zona fiscalmente privilegiada sob a tutela do Estado português foi rejeitado com os votos contra da maioria socialista, PSD, CDS-PP e do deputado não inscrito José Paulo Carvalho. O projecto para a criação de um imposto sobre as operações cambiais e especulativas foi também rejeitado, com os votos favoráveis do BE, PCP, PEV e deputada não inscrita Luísa Mesquita. O PS, PSD, CDS-PP e deputado não inscrito José Paulo Carvalho votaram contra.



## GOVERNO VS. PS

A escassas horas da apresentação da proposta do Bloco sobre a alteração das regras do sigilo bancário, Alberto Martins anunciou que o PS estava de acordo com as suas linhas gerais. “Mas não concordamos com toda a sua dimensão. A proposta do Governo é mais abrangente”, referiu. Ao início da tarde havia fumo branco no Conselho de Ministros, pela voz de Teixeira dos Santos: o projecto do Governo contemplará a taxação a 60 por cento dos bens patrimoniais não justificados nas declarações fiscais dos contribuintes, caso excedam os 100 mil euros. O secretário de

Estado dos Assuntos Fiscais, Carlos Lobo, referiu depois que o levantamento do sigilo bancário se fará sem audição prévia do contribuinte e a partir do momento em que haja uma “suspeita fundada”, conceito que fica em aberto e que pode incluir tudo – desde uma carta (não anónima) ou comportamentos do contribuinte não correspondentes com os rendimentos declarados.

Para o Bloco esta proposta permite que, em situações de enriquecimento ilícito, o “bolo” seja repartido entre o Estado e o prevaricador. Louçã sublinhou a propósito que

o Bloco “é contra qualquer sinal que se faça de fechar os olhos” quando está em causa “um dos mais graves crimes que não é punido em Portugal.” “Desde que o Estado receba alguma coisa fecha os olhos ao ladrão”, afirmou sobre a proposta do Governo

Vários magistrados do Ministério Público opuseram-se à proposta do Governo. Paulo Mota Pinto, ex-juiz do Tribunal Constitucional, considerou que a proposta é “flagrantemente inconstitucional”. “Trata-se de uma penalização fiscal, portanto, só pode ser aplicada por um tribunal”. Mota Pinto diz ain-

da que a proposta é “absurda: se o rendimento é ilícito, porquê retirar apenas 60%?”, questiona. O Governo, pela voz do ministro Santos Silva, garantiu que não existe qualquer “inconstitucionalidade”, e que se trata de criar “uma taxa sobre acréscimos patrimoniais, suficientemente alta para ser dissuasora de processos de evasão fiscal”.

Mas durante o próprio debate parlamentar alguns socialistas distanciaram-se da proposta do Governo. O deputado Vera Jardim, frisou na sua intervenção que o regime português se deveria aproximar do actual modelo espanhol.

Em Espanha, o fisco tem acesso directo e sem autorização prévia do contribuinte.

Do ponto de vista da garantia da privacidade, os diplomas do Bloco e do Governo estão em campos opostos. O Governo quer permitir o acesso aos movimentos bancários aos funcionários tributários. Pelo contrário, o diploma do Bloco, que se aproxima do regime espanhol, não permite margem de discricionariedade, contemplando apenas o registo da entrada de créditos nas contas, sem as discriminar.

## CONTRA A PROPOSTA DO BLOCO, BARALHAR E VOLTAR A DAR

Nos últimos dias não foram raras as vozes de protesto e indignação contra a proposta do Bloco. Casos houve em que a nova lei é descrita como uma tragédia para o país. Tragédia será mas para quem não quer ter as suas contas verificadas pelo fisco ou quem teme ver os seus prémios milionários “confiscados”. É longa a luta a travar no combate à corrupção e pela exigência de transparência dos agentes económicos.

O jornal Público noticiou que a lei do sigilo bancário, que o Bloco fez aprovar na generalidade, “reforça ainda mais o sigilo bancário das empresas”. O Bloco respondeu que se trata de uma crítica infundada para as empresas, e recordou a posição de entidades como o caso do Sindicato dos Trabalhadores dos Impostos, que manifestou publicamente o seu apoio ao projecto, mas subitamente parece ter mudado de ideias. Na verdade, as contas das empresas já não são protegidas actualmente por sigilo bancário: “os seus extractos,

incluindo todos os movimentos, devem ser verificáveis e verificados pelo fisco em determinadas circunstâncias, no IRC, Imposto de Selo, IVA e outros. Assim deverá continuar a ser”, defende o Bloco. O projecto bloquista só tratou do levantamento do segredo bancário em IRS. “O seu objectivo é criar um novo instrumento para o combate à evasão fiscal, à corrupção e aos crimes económicos, seguindo o modelo espanhol. Disso tratará a lei que vier a ser aprovada.”

Finalmente, há que notar a posição dos fiscalistas defensores do sigilo bancário, mas que se têm multiplicado em declarações e acusações contra o projecto do Bloco. “Podem ter a certeza que, seguindo as melhores práticas europeias, o BE defenderá uma lei moderna que permita combater o crime económico e a evasão fiscal”, garantia a nota de esclarecimento à notícia do Público.

Também Francisco Louçã na edição de 24 de Abril do Jornal de Negócios se referiu



FLICKR / KENNY MILLER

a esta “vaga de indignação” sobre a proposta. “Finalmente, ao longo dos anos recentes a imprensa económica teceu loas aos mercados de capitais, aos “hedge funds”, aos derivados “over-the-counter”, à flexibilidade das “offshores”, à liberalização que tudo permitia. Agora, revelado o escândalo

do BCP, do BPN, do BPP, demonstrando-se como outros bancos usaram as “offshores”, fazendo-se as contas dos prejuízos (são 5% do PIB? Será mais?), é de enaltecer a imprensa especializada que escrutina com tanto cuidado as medidas que são hoje discutidas para limitar os efeitos

do capitalismo tóxico.”

Tranquilizem-se também os que afirmaram que a aprovação da final da proposta será protelada para depois das eleições legislativas: Jaime Gama já fixou a data de 6 de Maio para discussão do diploma na especialidade.





# MARCHA DA MARIJUANA: SAÍMOS À RUA NO DIA 9 DE MAIO PELA LIBERDADE

A Marcha Global da Marijuana também é conhecida internacionalmente como a Million Marijuana March ou como a Marcha del Millón de Porros. Esta iniciativa faz este ano 10 anos, ou seja, desde 1999 que várias cidades do mundo se manifestam em simultâneo por uma política alternativa à proibição da canábis.

TEXTO DE PEDRO POMBEIRO

Não tendo um único programa ou manifesto, até porque as realidades legais e culturais variam de contexto para contexto, existem ideias centrais que orientam esta iniciativa: o fim da perseguição aos consumidores, a redução de danos e o direito à escolha são algumas dessas ideias. Se não bastassem estas razões, o falhanço total das políticas proibicionistas seria só por si uma razão suficientemente forte para mudar de política.

## A MGM em Portugal

Em Portugal celebramos pelo 4º ano consecutivo a realização da Marcha Global da Marijuana. O balanço que fazemos deste nosso percurso é muito positivo e, ao longo destes anos, a causa da legalização da canábis tem sido capaz de juntar cada vez mais apoios da sociedade. Temos conseguido ampliar o número de cidades envolvidas e reunir à volta das nossas propostas e iniciativas professores, investigadores, artistas, jornalistas, políticos, gestores, economistas, activistas

de outras causas, etc. Da nossa experiência podemos afirmar que, de ano para ano, são cada vez mais as pessoas a tomarem consciência da dimensão do problema que é a proibição da canábis.

Descriminalizar não significa despenalizar e também por isso a descriminalização do consumo de canábis em Portugal é uma fraude. Segundo a lei actual os consumidores são facilmente tomados por traficantes, os cultivadores são penalizados e perseguidos como traficantes, e quem quiser consumir tem necessariamente que recorrer ao crime de tráfico ou ao crime de cultivo. As multas e idas ao psicólogo são também uma forma de perseguição e penalização dos consumidores, assim como o são as sanções, que podem passar por trabalho comunitário, apreensão de carta de condução, proibição de frequentar certos lugares, apresentação periódica no posto da polícia, etc. Tudo isto porque alguém decidiu fumar um charro em vez de beber um "saudável" copo de whisky.

Hoje em dia são cada vez mais as empresas que fazem controlo anti-drogas aos seus funcionários, sem que as suas tarefas exijam especial responsabilidade. O principal problema destes controlos é que invadem a vida privada das pessoas em causa: se o teste acusar que a pessoa consome canábis de certeza será penalizada e arrisca-se a perder o emprego. Isto apesar da canábis poder ser detectada no organismo até 6 semanas depois do seu consumo: por isso, não se trata de saber se o trabalhador consome durante o horário de trabalho, trata-se de saber o que andou a fazer nas últimas 6 semanas independentemente das circunstâncias.

## A razão das nossas propostas é a defesa da democracia

Defendemos a saúde pública e a informação. Por isso, denunciamos que no mercado ilegal tudo está sempre disponível e com os perigos acrescidos da desinformação. Por exemplo, a maior parte dos danos nocivos causados pela

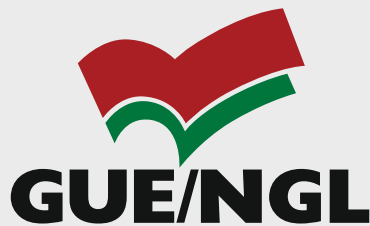
canábis advém das substâncias que lhe são misturadas de forma a aumentar a quantidade, e o lucro. Sendo o mercado ilegal, é impossível intervir sobre ele e regulá-lo para proteger os consumidores e promover o consumo consciente.

Defendemos o comércio legal em oposição ao tráfico. As prisões, as perseguições, as rusgas, os processos em tribunal, a vigilância, tudo isto é alimentado pelo paradigma actual da proibição. Não só as despesas financeiras e humanas são brutais, como também se torna claro que esta política falha e tem efeitos graves do ponto de vista social. Todo o dinheiro investido nesta guerra absurda, a que se poderá acrescentar os impostos cobrados com a sua legalização, deve ser aplicado em saúde e informação/educação. Enquanto consumidores conscientes que somos, não queremos continuar a financiar os grandes traficantes que são Al Capones dos tempos modernos.

Defendemos acima de tudo e em primeiro lugar a liberda-

de. Segundo aquilo que aprendemos com o passado e com a história, consideramos que não é papel do Estado interferir sobre a vida pessoal dos membros da sociedade. O Estado deve apenas regular a vida social e não a vida privada dos seus cidadãos.

A MGM é pelo oposto da situação actual! Somos pela paz, pela democracia e pela liberdade. Inspirados pelas ideias de Abril lutamos para aprofundar esse conceito de Liberdade com respeito pela diferença. Fazendo homenagem ao nosso falecido mandatário e escritor Luíz Pacheco, estaremos no dia 9 de Maio em Lisboa a dar a cara e o corpo ao manifesto por aquilo em que acreditamos, combatendo simultaneamente as bases conservadoras e retrógradas em que ainda assentam algumas das leis que nos regem enquanto sociedade. Reivindicamos, por isso, e como solução para este problema, a legalização e regulamentação da venda e do auto-cultivo de canábis a maiores de idade.



Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica  
PARLAMENTO EUROPEU

# GLOBAL

JORNAL DA DELEGAÇÃO DO BLOCO DE ESQUERDA NO GUE/NGL NO PARLAMENTO EUROPEU

## “EM GAZA OU LAMPEDUSA, SENTI QUE VALIA A PENA SER DEPUTADO EUROPEU”

Para este número do Global entrevistámos o eurodeputado Miguel Portas, que no Parlamento Europeu tem integrado o GUE/NGL (Grupo Unitário Europeu/Esquerda Verde Nórdica) e que nos fala do seu trabalho, da crise, da Europa e da Esquerda.

ENTREVISTA CONDUZIDA POR CARLOS SANTOS E LUÍS LEIRIA



**Quando foste eleito há 5 anos, o que esperavas, que projectos tinhas, e qual foi a realidade do teu mandato?**

A ideia que tinha de um parlamento era a do português, mas o Parlamento europeu é muito diferente de um parlamento nacional: não há praticamente contraditório em plenário, a confrontação política passa muito mais pelas comissões, no plenário são sequências de intervenção, e essa é aliás a razão por que aquele plenário só se junta no momento dos votos. No mais, aquelas plateias que se vêem quase vazias correspondem a uma coisa que as pessoas não têm a noção cá fora: é que vão ao debate os deputados envolvidos naquela discussão.

O plenário reúne uma vez por mês durante quatro dias, e depois tem mais uma sessão extraordinária de um dia e meio em Bruxelas. E portanto concentram-se os materiais todos, que antes são preparados em comissão, para serem objecto de votação. A regra do jogo é completamente diferente.

**Isso transforma os deputados numa espécie de noma-**

**das, de Bruxelas para Estrasburgo e de Estrasburgo para Bruxelas...**

Realmente, os deputados têm de fazer um vai-vem semanal entre o seu território eleitoral e o trabalho no Parlamento. E depois há outros – e esse foi o meu caso – em que esse vai-vem, como estava muito virado para os assuntos externos, ainda se prolongava numa série de viagens que tinha de fazer ao Médio Oriente, ou a centros de detenção de imigrantes, ou às Nações Unidas... Digamos que, no meu caso, o vai-vem foi bastante maior.

**A que comissões pertences?**

Pertenço à comissão de relações externas, à de cultura e à de desenvolvimento. Não estive nas comissões que queria inicialmente. Quando chega ao Parlamento, um deputado não faz o que quer, faz o que pode. O Parlamento europeu obedece a um conjunto de regras que foram estipuladas pelas forças maioritárias. Cada comissão parlamentar tem a composição aproximadamente proporcional ao peso de cada grupo político, o

que significa que nos grupos políticos mais pequenos, como é o nosso (GUE/NGL – Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica), é preciso dividir os deputados pelas várias comissões dentro da proporção negociada pelo Conselho de Presidentes do Parlamento europeu. O que significa que se um deputado que já lá está há cinco anos, no mandato seguinte tem mais condições de dizer “eu quero ficar nesta comissão e nesta” do que o que lá chegue de novo. Eu queria estar na comissão de assuntos ambientais e noutra ligada com o comércio internacional, mas não pude.

Depois, é preciso tempo para aprender as regras da casa. Uma pessoa não faz os relatórios que quer fazer, faz os que lhe dão. Isso é outra barganha. Cada comissão tem um número x de pontos para fazer relatórios ou pareceres. E depois distribui esse número de pontos proporcionalmente aos grupos políticos.

A partir de metade do mandato, achei que mais do que fazer intervenções em plenário de um minuto, era

mais interessante aumentar o número de realizações em Portugal que permitisse fazer um trabalho de divulgação crítica do que é a política europeia. Portanto, a partir da segunda parte do mandato, comecei a fazer muito mais acções e a aceitar muito mais convites em Portugal.

**Quer dizer que seguiste uma estratégia de não ficar só naquele hemiciclo, mas expandiste a acção...**

Senti-me mais útil usando a condição de deputado europeu sendo observador eleitoral na Palestina ou no Líbano, ou usando essa mesma condição para ir a esses dois países em contexto de guerra. Para os palestinianos ou para os libaneses, o que dissesse no Líbano ou na Palestina era importante, até porque era uma opinião europeia diferente da opinião oficial. E aí eu senti que valia a pena ser um deputado europeu de esquerda. Ou quando integrei delegações para ir visitar centros de detenção de imigrantes em Melilla ou em Lampedusa. Para essas pessoas, e do ponto de vista de alertar

a opinião pública europeia para aquelas situações, para o modo como a Europa fortalece trata os imigrantes, também foi importante.

**Também fizeste intervenções importantes dentro das fronteiras da Europa...**

Fiz várias intervenções sobre emigrantes portugueses em trabalho temporário na Holanda, na Bélgica e na Irlanda. E pela mesma razão que me levou a ir também a Lampedusa ou a Melilla. Aonde há situações de sobreexploração ou de ataque evidente a direitos humanos elementares, é obrigação procurar contrariar essa situação. No caso dos portugueses na Holanda, até com maioria de razão, porque obviamente me são mais próximos do que outros que pertencem a povos mais distantes. Mas também por uma razão suplementar, é que eles não eram emigrantes quaisquer, os portugueses eram tratados na Holanda como em Portugal tratamos imigrantes ditos ilegais vindos de África, ou como na Alemanha se tratam ditos ilegais vindos da Turquia.



# “O BLOCO É HOJE UM PARTIDO ESCUTADO E ATENTAMENTE OBSERVADO POR MUITOS PARTIDOS EUROPEUS DE ESQUERDA”



## Como foram as relações com a esquerda europeia?

A esquerda no Parlamento europeu não se limita ao grupo da Esquerda Unitária: é maior. A maioria dos deputados verdes são de esquerda, e uma parte dos socialistas, minoritária, mas, apesar de tudo, significativa, são deputados de esquerda. Ou seja, se tivesse de saber com quem é que eu votei mais vezes, eu diria que provavelmente votei mais vezes com verdes e com esquerda dos socialistas do que com os meus camaradas de grupo do Partido Comunista Grego, que votam inúmeras vezes com a extrema-direita do Parlamento europeu, porque querem a saída da Grécia da União Europeia. Temos dentro do GUE uma maioria de deputados que é europeísta de esquerda, que se situa na mesma linha de reflexão que o Bloco tem feito, com diferenças de aproximação aqui ou ali; mas também temos uma componente de esquerda soberanista – chamemo-lhe assim, para simplificar. Temo-la em partidos nórdicos e em partidos eurocéticos, como é o caso – extremo – do Partido Comunista

Grego. Os grupos parlamentares são confederais, sem disciplina de voto, embora procuremos aproximar posições, mas mantendo sempre o direito a liberdade de voto de cada um dos deputados. Essa é a regra do Parlamento europeu, também é muito diferente do parlamento português.

## Seres eurodeputado ajudou alguma coisa na ligação com a esquerda europeia?

Pode dizer-se que o Bloco começa a ter uma política internacional a partir do momento em que começa a dispor de uma delegação em Bruxelas. O Bloco é hoje um partido escutado e atentamente observado por muitos partidos europeus de esquerda, porque somos uma força que se vem consolidando paulatinamente em Portugal, um dos casos mais interessantes à escala europeia; por outro lado, temos uma política favorável ao desenvolvimento de relações em todas as direcções.

Ou seja: estamos no GUE, num grupo confederal de ampla latitude, e estamos muito bem; estamos na esquerda europeia, onde se reúnem basicamente as for-

ças que têm pontos de vista europeístas de esquerda mais consistentes, e estamos muito bem; e estamos também nas redes de diálogo anticapitalista que envolvem partidos da esquerda radical, ou que vinham das tradições da extrema-esquerda, e também estamos muito bem.

Esta atitude é relativamente rara no conjunto das esquerdas na Europa. Mas nós mantemo-la e queremos mantê-la. É um trabalho de paciência, porque temos na Europa um desenvolvimento extraordinariamente desigual das esquerdas políticas. Há poucos casos bem-sucedidos - o Bloco é um exemplo, o Partido da Esquerda na Alemanha é outro. Temos situações extraordinariamente volúveis – é, por exemplo, o caso da França, onde o “não” de esquerda foi poderosíssimo há dois anos, mas onde hoje a esquerda está dividida, há uma ascensão muito importante de um novo partido, o Novo Partido Anticapitalista, mas há também cisões de esquerda no Partido Socialista Francês, há um Partido Comunista em crise há muito tempo, mas que é importante

no Parlamento europeu, até porque o presidente do grupo é francês. Há a tentativa de construção de uma plataforma das esquerdas que incorpora o PCF e dissidentes do PS, a Frente de Esquerda. Contudo, esta nova formação não está, aparentemente, a conseguir marcar o panorama político-eleitoral francês. Depois, temos casos de crise profunda: no Reino Unido, na Itália, situações em que por erros próprios e por situações extraordinariamente adversas, os ganhos da esquerda política nos anos anteriores esfumaram-se. Finalmente, há forças políticas que só se explicam pelas histórias nacionais, como é o caso do Sinn Féin na Irlanda ou o Partido Comunista de Chipre, o Akel.

## Verificou-se ou não convergência com o PCP no Parlamento europeu?

Na grande maioria das vezes, votámos do mesmo modo, um pouco como no Parlamento português.

Na questão do Tratado de Lisboa, que foi uma das quatro ou cinco grandes questões deste mandato, tivemos a mesma posição, contrária ao Tratado. Mas já teríamos

posições completamente diferentes se estivéssemos a discutir como é que vemos a Europa daqui para a frente.

Ou seja: convergíamos na recusa do modelo económico e político de Europa que estava a ser proposto, mas teríamos uma enorme dificuldade e seguramente não convergiríamos se tivéssemos que discutir o modo como vemos a Europa para a frente. Aqui há de facto uma diferença substantiva. O PCP é genericamente por uma linha de Europa mínima. E Europa onde Malta e a Alemanha tenham exactamente o mesmíssimo voto. Ou seja, vê a Europa como uma construção fundamentalmente intergovernamental, assente na igualdade de voto.

Nós, pelo contrário, concebemos o projecto europeu numa articulação entre cidadania europeia, com respeito pela componente Europa das Nações, e somos a favor de um projecto europeu de alta intensidade democrática e social. Isto é muito diferente de uma Europa que se desejaria que não funcionasse – que é o ponto de vista estratégico do PCP sobre o projecto europeu.



## “A EUROPA CONFRONTA-SE COM UMA CRISE GLOBAL, MAS PARA A QUAL SÓ ENCONTRA RESPOSTAS NACIONAIS”

### A atitude da União Europeia perante a crise não pode ser suicida?

Está a ser. Perante a crise que se abateu sobre a economia real e sobre a vida das pessoas, a reacção dos governos foi a de cada um por si. Até porque os 27 governos da Europa, os 27 Estados da Europa, não estavam todos na mesma situação.

O maior exportador mundial é a Alemanha, que é um dos grandes compradores de títulos do tesouro norte-americano, juntamente com a China e com os países petrolíferos, os seus interesses não coincidem desse ponto de vista com os da França. A própria arquitectura da Europa era a de uma Europa de governos e não a de um projecto europeu sólido, assente numa dimensão de cidadania europeia importante e com um projecto social afirmado. Isso é que permitiria à Europa responder a esta crise e nomeadamente evitar que ela fosse paga inteiramente por aqueles que pagam sempre as crises.

De repente nós vimos a situação extraordinária de um dos governos mais eurocéticos desde sempre, o inglês, virar europeísta e vimos o mais europeísta dos países virar alemão.

Ao longo destes meses deram-se reversões brutais no modo como os vários governos passaram a ver o projecto europeu, mas isso não tem nada que ver com o facto de uns serem de di-

reita, ou de grande coligação ou ditos socialistas, tem que ver rigorosamente com o modo como as diferentes burguesias e elites nacionais se confrontaram com a crise. O resultado é que a Europa não consegue mais do que coordenações mínimas.

O facto de ser uma Europa de governos não facilita uma capacidade de reacção em conjunto. Se eles fossem realmente europeístas, e não europeístas à moda de José Sócrates ou de Manuela Ferreira Leite, estariam em nosso nome a procurarem pôr-se de acordo dentro da máxima popular de “um por todos todos por um”, mas a tendência dominante é cada um por si.

### Que medidas europeias é que achavas que era urgente tomar nesse sentido?

Para resolver crises impõe-se recursos e a aplicação dos recursos.

Mais recursos significaria orçamento comunitário muito mais forte. Os governos não se puseram de acordo com isto, o orçamento continua exactamente igual. Mesmo o chamado plano Barroso, que foi aprovado em Dezembro, não é realmente um plano. De dinheiro fresco novo tem 30.000 milhões de euros, uma ninharia. É pouco mais do que os avales que o Estado português decidiu dar à banca portuguesa. Tudo o resto que eles acordaram foi: somar os planos que já tinham aprovado nos

respectivos orçamentos de Estado e eventualmente antecipar para 2009 algumas coisas que estavam projectadas para 2010 ou 2011.

Obama está a jogar contra a crise numa lógica de Estado federal, com um orçamento que representa 20% do PIB norte-americano, portanto com outro tipo de recursos e admitindo ir a um défice orçamental de mais de 10% do orçamento norte-americano.

A União Europeia pelo contrário não só mantém integral que o orçamento comunitário deve ter um défice zero, como se mantém formalmente amarrada ao pacto de estabilidade e crescimento.

Esta é a forma errada de abordar a resposta à crise do ponto de vista dos recursos a injectar na economia, mas este erro amplifica-se quando discutimos aonde é que vamos encontrar os recursos.

Nas últimas discussões no parlamento, sobre a questão dos recursos, o que vimos foi que o próprio parlamento, por vontade da direita, foi contra qualquer ideia de emissão de dívida pública europeia.

Em segundo lugar, eram a favor, mas não se puseram ainda de acordo, por exemplo, sobre uma questão chave nas bolsas, que é a criação de uma agência pública de notação europeia. Traduzido por miúdos: é muito importante o modo não

só como as empresas estão cotadas em bolsa, o que valem ou que não valem, mas como os Estados estão cotados, para acesso a empréstimos internacionais. Portugal se precisa de ir buscar um empréstimo ao mercado internacional vai buscá-lo a uma taxa de juro diferente do Estado alemão, porque o Estado alemão está classificado como fiável e seguro para a eternidade. Isso significa que a crise amplifica as desigualdades entre países no acesso ao crédito.

Terceiro aspecto admitiam ir finalmente combater os paraísos fiscais, o saldo é mais do que mitigado. Os governos europeus só estão na disposição de ir até à transformação de todos os seus paraísos fiscais em paraísos fiscais como o da Madeira: mantêm-se como paraísos fiscais, mas deixam de ser paraísos judiciais. Obviamente isto é importante, mas fica muito aquém do que é a questão central: encontrar modos de taxar todas as transacções de capital, todas as transacções em bolsa, todas as transacções e movimentos de capitais para paraísos fiscais. Se o pudéssemos fazer encontraríamos recursos mais que suficientes para a Europa poder enfrentar solidariamente a crise.

Dou-vos um outro exemplo. A Europa também não se põe de acordo sobre uma política para acabar com a evasão no IVA intra-comunitário. O tribunal de contas

europeu avalia a evasão no IVA dentro da UE em 1% do PIB, tanto quanto o orçamento comunitário.

A Europa confronta-se com uma crise que é global e que é europeia, mas para a qual só encontra respostas nacionais. Esta é a questão política que está colocada, mas é exactamente esta diferença de escala que permite ao capital, que é transnacional, escapar à crise e até poder em vários casos acumular durante a crise para ganhar posições para o período seguinte. Do ponto de vista social esta é a pior das respostas.

O facto de ser uma Europa de governos não facilita uma capacidade de reacção em conjunto. Se fossem realmente europeístas estariam em nosso nome a procurarem pôr-se de acordo dentro da máxima popular de “um por todos todos por um”, mas a tendência dominante é cada um por si.



PARLAMENTO EUROPEU - BRUXELAS



## “SÓCRATES REDUZIU O DISCURSO EUROPEÍSTA DO PS AO PATRIOTEIRISMO”



REUNIÃO COM PARTIDOS EUROPEUS DE ESQUERDA ANTECEDEU CONVENÇÃO DO BE

**Como te sentiste, tendo um português como presidente da comissão europeia, com o porreiro pá...**

Há uma espécie de provincialismo em Portugal que tende a achar bem qualquer português que esteja lá fora.

E desse ponto de vista foram extraordinárias as declarações de Sócrates num dos últimos debates parlamentares. Porque José Sócrates veio dizer que votam Durão Barroso porque ele é português, independentemente da sua política, e que estamos na União Europeia, não porque o projecto europeu possa ser importante para a Europa e para o mundo e por isso também para Portugal, mas basicamente porque é importante para Portugal. Ele faz um processo de nacionalização do seu próprio discurso europeísta, sob essa bandeira mítica do patriótico, mas que no fundo não é mais do que uma redução do patriótico ao patrioteirismo de trazer por casa e que homogeneiza inteiramente o discurso do PS com o discurso do PSD ou do CDS em matéria de Europa.

Um dos dramas do projecto europeu tal qual existe é que ele é cada vez mais um projecto dos Estados. O elo forte deste tipo de construção europeia é o Conselho Europeu, na verdade são

os governos. E o Conselho transformou a Comissão numa espécie de secretariado executivo da sua própria vontade. É isto que explica porque é que os grandes países, com excepção da França, querem que Durão Barroso continue. Barroso foi eleito presidente da anterior Comissão, em quarta escolha e por duas ordens de razões.

A primeira porque era fiável para os governos mais atlantistas, ou seja aliados claros da administração Bush. Durão Barroso tinha sido o porteiro da cimeira dos Açores e isso era um factor político de enorme confiança.

A segunda razão, interna à Europa, é que Durão Barroso era um presidente fraco. Os principais governos na Europa querem uma Comissão fraca, para que sejam eles efectivamente a determinar a política. Barroso foi uma solução interessante porque, apesar do nome que tem, garantia docilidade.

**Com o pequeno papel que o Parlamento Europeu tem, não será que há razões para a abstenção?**

O papel do parlamento não é tão pequeno como parece. A aprovação parlamentar é exigida em diversos domínios legislativos.

A co-decisão entre PE e

governos obriga a conciliar pontos de vista. Senão, a directiva fica a marinar, como aconteceu recentemente com a do horário de trabalho. Sem a aquiescência do PE, a directiva não passou.

O parlamento europeu vai acentuar inevitavelmente a componente de matérias em que também decide.

Não decide como decide o parlamento português. No parlamento português há um assunto que se vai discutir e cada partido apresenta o seu projecto de lei. Confrontam-se os projectos, que em seguida baixam à comissão para discussão na especialidade. Em Estrasburgo não é assim. A iniciativa legislativa cabe à comissão Barroso e não aos grupos parlamentares. Esta é a principal diferença. Os parlamentares operam com emendas e depois em negociação com o Conselho e a Comissão.

É um processo complexo, muito diferente do que estamos habituados. O parlamento europeu, não sendo um parlamento normal, ou seja, não tendo poder legislativo próprio, condiciona a produção legislativa, bloqueia-a, se necessário e pode pressionar para a adopção de novas leis.

**O que aprendeste no parlamento europeu e como eu-**

**rodeputado?**

Valorizo hoje de maneira diferente a relação entre projecto europeu e Estados-nação. Não é por acaso que hoje não propomos uma Constituição europeia, eleita sob Assembleia Constituinte. Não porque a proposta em si mesmo fosse errada, mas porque a forma como a construção europeia se tem vindo a desenvolver nos últimos anos criou profundos anti-corpos nas diferentes sociedades que constituem a Europa.

Toda a refundação de um projecto europeu, que é indispensável, tem que se fazer ao ritmo que os povos entenderem. É possível construir um projecto europeu com largo apoio popular, se ele for muito menos mercado e muito mais social e se for muito mais democrático e muito menos inter-governamental.

O projecto europeu, neste momento, é refém duma lógica quase fatal: de um lado o euro-porreirismo e do outro lado um euro-cepticismo de recorte nacionalista. Em certo sentido o euro-porreirismo é mais pernicioso porque o nacionalismo alimenta-se das asneiras e da arrogância do euro-porreirismo. Por isso está a crescer num conjunto largo de países, onde a crise pode vir a

ser politicamente absorvida por direitas xenófobas e racistas.

Por outro lado, esta crise cria condições únicas à esquerda: Tudo aquilo que foi dizendo ao longo das últimas décadas tornou-se de repente plausível e acertado. A esquerda tem, na resposta a esta crise, não só a coerência, mas também aquilo que defende surge aos olhos de larguíssimas massas de população trabalhadora como a saída socialmente mais justa. Isto cria condições excelentes para o combate político. O problema é que em vários países da Europa a esquerda política não está em condições de travar esse combate com sucesso, noutros está. Em Portugal tem condições para travar esse combate político com sucesso e está a fazê-lo.

**É possível construir um projecto europeu com largo apoio popular, se ele for muito menos mercado e muito mais social e se for muito mais democrático e muito menos inter-governamental.**





Olhemos à nossa volta e verifiquemos como a reconfiguração do espaço público através das grandes operações urbanísticas, associadas à chamada regeneração ou requalificação urbanas, reflecte o esquema subjacente aos centros comerciais.

TEXTO DE JOÃO TEIXEIRA LOPES

Na ansiedade face ao estranho, estimula-se o conforto das repetições etnocêntricas, tão patente em certo mobiliário urbano, bem como a tendência para as chamadas praças secas, onde se estimula a passagem, quando muito a mirada repentina de estilos de vida distintos (que, assim, se tornam enclaves mais ou menos exóticos), mas não recantos de paragem ou sociabilidade.

Cesare Pavese falava da necessidade de “atravessar a rua para sair de casa”. Mas as tentativas de «salvar» (?) o espaço público encaham na gentrificação ou filtragem social dos espaços, através da sua conversão “em elemento especializado, um «equipamento mais» da cidade que, amiúde, inclui espaços segregados e monofuncionais, um espaço para crianças, outro para cães, outro para estacionar, outro «monumental», etc. O espaço público perde assim as suas funções fundadoras das quais derivam todas as suas potencialidades: dar forma e sentido ao conjunto da cidade, garantir trajectos e elementos de continuidade

e ressaltar as diferenças”.

Esta debilidade das formas de pensar, construir e fazer cidade traduz-se, por exemplo, no modelo de cidade genérica descrita pelo arquitecto R. Koolhaas, cidade sem história, sem traços distintivos, sem identidade, sem o que ele apelida de «escravidão do centro», cidade altamente programada para o automóvel e onde a rua já não é a saída de casa, porque não há zonas de transição.

O espaço público, bem ao contrário, requer elementos de referência, marcos, multifuncionalidade e diversidade de acesso e de usos. Surge, por isso, cada vez mais, como um direito na base de múltiplos movimentos sociais e um locus de agudo conflito, apesar das tentativas para a sua higienização e neutralização. O discurso público requer, pois, um bom uso da desordem num contexto de contradições, de quebra das hierarquias, de complexidade das relações, de conflito e de valorização da dignidade do outro na aceitação desse conflito. Igualmente contra a neutralização do espaço público,

François Maspéro defende a dimensão esquecida:

“O que falta não são nem os bancos, nem as árvores, nem os relvados (...) o que falta é outra coisa bem mais grave: desde o início, aqueles que o desenharam, esqueceram, suprimiram, decididamente, uma dimensão. Planos verticais: as barras. Planos horizontais: o solo. Mas onde está terceira dimensão? O que existe por detrás de tudo isto? Jamais a profundidade. Onde estão os pátios, os recantos, a pequena loja no seu rebaixo de sombra, a água-furtada de céu onde se vê passar as nuvens e a cauda do gato da porteira, a esplanada preguiçosa do café e o seu estore que nimba os consumidores de luminosidade alaranjada? Cidades cegas.”

Cidades cegas, as que esquecem “que a visão se faz e se toma no meio das coisas, lá onde alguém visível se põe a ver”; cidades que esquecem a “reversibilidade das dimensões”: ver entre as coisas para ser visto; não esquecer que as coisas nos vêem e que o nosso corpo – a experiência corporal encontra aí a sua matriz – é

**Os usos do espaço público fazem parte das competências do cidadão. A participação cultural que nele se pode desenrolar é uma condição da cidadania global e múltipla.**

visto e visível; cidades que se dividem entre o medo da vida de rua e o “desejo superficial por um passado ficcional”.

As políticas culturais públicas de criação e animação de um espaço público contribuem, decisivamente, para a diversidade semiótica da cidade e para uma imagem clara, distinta e distintiva, favorecendo a legibilidade e a imaginabilidade dos espaços e facilitando, por conseguinte, as representações sociais dos urbanitas face à cidade, já que, segundo estudos recentes, “existe uma elevada componente de «abstracção», uma dificuldade na representação social dos cidadãos face à cidade” o que

“dificulta a clarificação de representações sociais mais claras e abrangentes”, recordando-nos como é difícil “o exercício de uma cidadania mais activa, quando estamos em presença de quotidianos muitas vezes «semi-urbanos», em territórios em que «as próprias pessoas nem sabem o que é que lhes falta para virem a ser cidades completas»”.

Chego, então, à ocasião de dizer que os usos do espaço público fazem parte das competências do cidadão e que a participação cultural que nele se pode desenrolar é uma condição da cidadania global e múltipla. Não é por acaso que participação provém do latim participatio – partilha ou acção de partilhar, o que nos remete para um quadro de responsabilidade e exigência éticas. Simultaneamente, cidade e cidadania provêm, ambas, da expressão latina civitas ou «condição de cidadão», aquele que habita num território cuja definição não é burocrática ou administrativa, mas sim política. E política significa a intencionalidade e a possibilidade da mudança.



# CIMEIRA DA NATO: ESTRASBURGO FOI CENÁRIO DE GUERRA

A 3 e 4 de Abril de 2009, teve lugar em Baden-Baden (Alemanha) e Estrasburgo (França) a cimeira comemorativa dos 60 anos da NATO. Os protestos começaram dois dias antes e juntaram milhares de pessoas contra o militarismo e as guerras. Estrasburgo foi transformado pela NATO e pelas autoridades francesas e alemãs num verdadeiro cenário de guerra, durante a cimeira. Os chefes de Estado e de governo da NATO decidiram que a próxima cimeira é em Portugal.

TEXTO DE RENATO SOEIRO

O impressionante dispositivo de forças militares e policiais que, por ar, rio e terra, sequestraram a cidade, actuou à margem da lei e dos acordos realizados antes entre as autoridades locais e os organizadores da manifestação, acordos esses já em si extremamente limitativos da liberdade de expressão cidadã: a manifestação tinha sido confinada e relegada para uma zona periférica da cidade. Mas nem isso foi respeitado.

Em todas as direcções, os

acessos que conduziam à zona de concentração dos manifestantes foram cortados. As ruas foram bloqueadas com enorme aparato bélico e verdadeiras muralhas de aço.

Pontes foram bloqueadas, nomeadamente a ponte da Europa, sobre o rio Reno, por onde chegariam os milhares de manifestantes vindos da Alemanha. A manifestação estava autorizada, mas os manifestantes não foram autorizados a passar. Esta ponte, simbolicamen-

te construída e baptizada como um traço de união entre os antigos Estados beligerantes, deixou de ligar os dois países, passou a simbolizar o seu contrário.

Não adiantava o argumento de que a manifestação estava autorizada. A ordem era de que todos teriam de se submeter às novas instruções que estavam agora a ser dadas. Porém, a submissão não é a cultura dominante deste lado da barricada. Rompido o acordo pelo lado das forças da ordem,

era difícil esperar que fosse mantido do outro lado. E os distúrbios e incêndios resultantes mostram bem como a arrogância das forças repressivas se pode combinar com a incompetência e inoperância.

Retidos em enormes grupos, durante várias horas, em diferentes pontos da periferia da cidade, impedidos mesmo de regressar ao centro no fim da manifestação, os manifestantes foram depois autorizados a passar um a um, apresentando a

sua identificação, obrigados a deixar as suas bandeiras e informados de que na cidade não estavam autorizados os gritos de slogans.

Apesar de tudo, realizou-se a manifestação possível. Ninguém se arrependeu de ter vindo a Estrasburgo afirmar que a construção de um mundo de paz é possível, mas que nesse mundo a NATO não tem lugar.

## OS 'CAMARADAS' DO G20

TEXTO DE MARISA MATIAS\*

Baralhar e voltar a dar, pois claro.

1. Reforma do sistema bancário e OCDE fará a lista dos paraísos fiscais que não cumpram as regras da transparência

Levantamento do segredo fiscal significa que deixam de ser paraísos judiciais, mas não significa que deixem de ser paraísos fiscais. É o reinado dos "offshores à Madeira". Afinal, para quando a eliminação do sistema financeiro sombra? Será difícil pedir que passem a integrar um sistema financeiro onde se cobram impostos e se registam os movimentos da banca? Passinhos de bebé...

2. Recapitalização do FMI

O FMI, cuja sobrevivência depende da sangria económica de uns, volta a encher o balão. Não há mudanças na estrutura de voto nem nas relações de

poder no interior da organização; não se muda a receita; mantém-se a ortodoxia neoliberal. Em nome da 'ajuda' do FMI, cumprem-se as regras do FMI: contracção salarial e reforço das desigualdades. Sabemos por experiência própria os custos da intervenção do FMI: mais para a política neoliberal, menos para a intervenção Estatal. Ou não foi isso que se andou a fazer? Ou não foi isso que produziu estes resultados? Resolve-se o problema recapitalizando-se uma das instituições que tem feito parte dele.

3. Comércio internacional, liberalização das trocas e criação de fundo de garantia às exportações e importações  
Liberalização do comércio? Para quem? Para as economias emergentes, para os grandes exportadores. Mau para quem? Para quem não

está no G20 e para os países que nesta divisão são sobretudo importadores.

4. Não "premiar o fracasso", regular os prémios dos gestores

Nada a apontar do ponto de vista dos princípios. Os Estados assumem-se como os árbitros do "bom capitalismo"! O problema não é o "fracasso" de determinadas gestões, é a imoralidade do sistema de acumulação capitalista.

5. Ajuda aos mais pobres

FMI poderá vender parte das suas reservas de ouro para financiar a ajuda ao desenvolvimento dos países mais pobres, "os países ricos não passarão ao lado" dos que mais necessitam. É quase comvente, mas não engana. De repente, os países ricos descobriram que precisam de mais mercados. Um sinal mais importante do G20 seria um

compromisso dos próprios Estados em cumprirem as metas definidas pelas Nações Unidas - e que esses Estados ratificaram - de dedicarem 0,7% do PIB em Ajuda Pública ao Desenvolvimento. A um ano do prazo para o cumprimento das metas não seria pedir muito. Andamos pelos 0,45% e a tendência é decrescente. Em Portugal andamos pelos 0,21 ou 0,22%. O cumprimento da meta dos 0,7% implicaria que o Estado português tivesse de despende metade do valor que a Caixa Geral de Depósitos avançou no caso BPN.

O problema da crise é o da vida das pessoas. A vida das pessoas deveria ter sido o centro desta Cimeira. O sinal político forte desta Cimeira deveria ter sido a justiça mundial.

O G20 é menos mau do que

o G8 ou o G7, mas chapéu-de-chuva é o mesmo, só um bocadinho mais largo. A esmagadora maioria do mundo continua de fora.

Angela Merkel ficou contente porque as "duras" divergências entre aqueles que defendiam um plano de estímulo da economia e os que defendiam a regulação dos mercados financeiros se resolveram devido a "um verdadeiro espírito de camaradagem". Foi esta camaradagem que nos conduziu ao ponto que chegámos. É esta camaradagem que é preciso perturbar. O mundo não se resume a este círculo de "camaradas" e nem pode ficar dependente deles.

\*Socióloga, e Candidata BE às Eleições Europeias. Texto publicado no blogue *Ladrões de Bicicletas*.





## NATO: 60 ANOS DE QUÊ?

Que celebraram os altos comandos da NATO e os chefes de governo dos países que a integram? “Sessenta anos de paz sem precedentes”, anunciaram! Bom, dentro da Europa há que exceptuar a trágica guerra dos Balcãs e os bombardeamentos à Jugoslávia. E fora da Europa teremos de exceptuar a guerra dos EUA contra o Vietname, a que monitorizam no Médio Oriente, as guerras do Iraque e do Afeganistão, além de outras agressões e invasões. [ARTIGO DE MÁRIO TOMÉ](#)

A propaganda oficial apresenta a NATO como uma organização nascida para se opor ao Pacto de Varsóvia, quando a realidade é que o Pacto de Varsóvia nasceu em 28 de Maio de 1955, seis anos depois da NATO.

A NATO nasceu como componente militar do apoderamento económico e financeiro da Europa pelos EUA aquando da realização do Plano Marshall para reconstrução da Europa arrasada pela guerra. O Tratado fundador da NATO, em substância, obriga os subscritores à cooperação e apoio mútuo em defesa de qualquer um dos seus membros que seja ameaçado ou atacado. O âmbito da sua intervenção é o Atlântico Norte e as suas margens.

Os EUA, dada a sua superioridade absoluta em todos os domínios, passaram a tutelar a antiga matriz colonizadora e asseguraram uma presença militar sem precedentes em tempo de paz, semeando a Europa de bases militares e bases de lançamento de mísseis pressionando a fronteira com os países

sob tutela soviética, que na altura eram vistos como referência por parte significativa do proletariado europeu cuja luta social e política pressionava os governos ocidentais e obrigou às mais avançadas conquistas sociais sob a tutela política da social-democracia.

Depois da queda do muro e da implosão da URSS, a NATO perderia a sua razão de existir. Mas a sua continuação foi assumida como um facto normal no âmbito da hegemonia norte-americana construída ao longo de décadas. Embora não queira ser muito cruel pode dizer-se que a NATO tem um papel aglutinador dos países europeus mais forte e eficaz que o Tratado de Lisboa.

Com a NATO os EUA travam as veleidades de autonomização quer da própria UE quer das potências europeias como a Grã Bretanha, Alemanha e França em termos de iniciativa política a nível internacional. A NATO constitui ainda um estimulante e um cliente adequado para o negócio dos armamentos e passou a ter o papel de cober-

tura institucional das aventuras militares dos EUA no caso de a ONU não lhes dar cobertura. Para tal os EUA propuseram e impuseram a alteração do conceito estratégico da NATO em Washington em 1999.

A integração de novos países até atingir o objectivo de tomar conta da fronteira europeia da Federação Russa, que passou pela ameaça do sistema anti-míssil e pelo apoio à aventura georgiana na Ossétia do Norte, com a chegada da era Obama assumirá um carácter menos agressivo mas não deixa de ser uma pressão sobre os interesses, tendencialmente imperiais, da Rússia.

A resolução de Estrasburgo está orientada para deixar toda a gente satisfeita(...). Mantendo, como não podia deixar de ser, a possibilidade estatutária ganha em 1999 de actuar em todos os azimutes, aponta para uma política de multilateralismo agora que passou a ser essa a moda nos EUA. Define-se a NATO como uma rede de agentes de segurança, jurando continuar a actuar sob a orientação e em

função dos interesses da ONU (!). Como orientação estratégica o documento salienta a resposta aos novos desafios, nomeadamente o terrorismo, a proliferação de armas de destruição massiva, a segurança energética e os ciberataques, assim como a instabilidade dos «estados falhados», fora da zona coberta pelo tratado.

Se isto fosse levado a sério, a NATO devia sair da Cimeira de Estrasburgo com uma declaração de autodissolução por inutilidade óbvia. De facto: o terrorismo é uma questão de serviços de informação e sua articulação, polícias dedicadas e políticas sociais e de não ingerência. A proliferação de armas de destruição massiva é da responsabilidade absoluta das potências que integram a NATO e, para além disso, depende de políticas assentes na diplomacia e de respeito mútuo de que terão que ser excluídas quaisquer acções, intervenções ou ameaças que constituem o cerne da política imperialista e da própria NATO. Deve, aliás, começar pelo cumprimento do

Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares, o que exige a extinção dos arsenais existentes e o não acesso de outros à arma atómica. (...) A segurança energética depende de parcerias e de paz e não de intervenções armadas, como aliás se tem visto. Os ciberataques são claramente do âmbito dos avanços tecnológicos e da cooperação entre Estados. Finalmente a instabilidade dos Estados falhados tem sido provocada, estimulada e mantida pelas intervenções do imperialismo, quer através das suas redes de corrupção, dos seus serviços de espionagem ou das suas intervenções armadas.

Usando uma citação de um aforismo de Lord Ismay, feita pelo Major-General Pezarat Correia no seu «Manual de Geopolítica e Geoestratégia»: a manutenção da OTAN destina-se a manter a Europa dentro, os EUA por cima e o resto do mundo por baixo.



## JOVENS BLOQUISTAS DISCUTEM IDEIAS NO FÓRUM



ANA CANDEIAS

Cerca de 120 jovens estiveram presentes no fórum "Inconformação 2009" organizado pelos Jovens do Bloco no início de Abril na FCSH. O fórum de debate de ideias incidiu sobre diversos temas. Discutiu-se de forma aberta e livre a educação e a pedagogia com a Ana Drago, a economia com Jose Gusmão e João Rodrigues, o feminismo e LGBT com a Helena Pinto, as classes so-

cais com João Teixeira Lopes, a ideologia do proibicionismo com Nuno Pombeiro, a morte assistida com João Semedo e Bruno Maia, as novas relações do trabalho e a resposta da esquerda aos trabalhadores com Mariana Aiveca e Tiago Gillot, o PREC com João Madeira, a Palestina com Daniel Oliveira, as cidades sustentáveis com a Rita Calvário e Pedro Soares e as respostas da esquerda para

a crise com Miguel Portas e Francisco Louçã.

Foi um fórum livre, aberto e democrático onde se juntaram jovens com uma voz inconformada e lutadora. Jovens com vontade de debater as ideias, de transformar a sociedade, de restituir e lutar por valores como a justiça, o socialismo, a solidariedade, e a paz.

## BLOCO JUNTA AMBIENTALISTAS CONTRA A REFINARIA BALBOA



PAULO CARDOSO

O Bloco juntou ambientalistas espanhóis e portugueses numa conferência antecedida por um passeio de barco no Guadiana chamando a atenção para a necessidade de se preservar este património ambiental já muito ameaçado. Para além de Miguel Portas, a iniciativa contou com a participação de outros dirigentes do Bloco, um representante do partido espanhol Izquierda Unida, associações ambientalistas portuguesas e espanholas, e autarcas.

"A Refinaria Balboa na Extremadura espanhola é um enorme erro", considerou Miguel Portas nesta conferência intitulada "Juntos contra a refinaria". O eurodeputado disse que o projecto da construção da refinaria constitui um "atentado à economia da região", salientando que o governo português continua sem se pronunciar. Miguel Portas considerou ainda que "a decisão do Governo espanhol de pedir documentação complementar em relação a este

projecto deve ser aproveitada pelos movimentos cívicos e pelos movimentos ecologistas e ambientalistas de um lado e de outro da fronteira, mas muito em particular em Portugal, se intensificar a criação de um movimento de opinião".

Da conferência saiu uma petição conjunta dirigida aos governos de Espanha e de Portugal, alertando para os graves impactos ambientais e sociais, que a refinaria pode provocar.

## AFASTAMENTO DE NÉVOA DA EMPRESA INTERMUNICIPAL É "VITÓRIA CONTRA A CORRUPÇÃO"

O Bloco de Esquerda esteve na linha da frente contra a nomeação do empresário condenado por tentar corromper José Sá Fernandes para presidir a uma empresa intermunicipal de tratamento de resíduos. A distrital de Braga foi a primeira a denunciar uma nomeação que "não pode deixar de ser considerada como um prémio

para este empresário", responsabilizando particularmente Mesquita Machado, presidente da Câmara Municipal de Braga, e pedindo a destituição "do corruptor Domingos Névoa do cargo para que foi eleito", em nome da transparência e da democracia. Nos dias que se seguiram, o Bloco continuou quase sozinho

a denunciar o escândalo até que todos os partidos foram obrigados a pronunciarem-se. Na sequência da condenação unânime, Névoa demitiu-se mas Mesquita Machado manteve o silêncio.

"É uma grande vitória para a campanha contra a corrupção", afirmou Francisco Louçã ao conhecer a notícia do afastamento de Névoa. O dirigente bloquista diz que este é "um ponto de viragem na responsabilização das autarquias e dos empresários que se envolvem nestes escândalos". Para os bloquistas, a saída de Névoa não encerra o assunto da promiscuidade entre os negócios de autarcas e empresários da construção. "Pelo contrário,

isto veio reforçar a nossa determinação no combate à corrupção, diz Louçã, que defende que "o presidente da Câmara de Braga foi decisivo para a nomeação de Névoa e tem agora de responder por ela".

## MIGUEL PORTAS REJEITA ENVIO DE MAIS TROPAS PARA O AFGANISTÃO

No encerramento do Fórum Inconformação 2009, que entre 3 e 5 de Abril juntou, em Lisboa, dezenas de jovens de todo o país para debater a escola, a arte, a política e a história, Miguel Portas, referiu-se ao anúncio de José Sócrates, em Stras-

burgo, na cimeira da NATO, que manifestou a intenção de Portugal reforçar a sua presença militar no Afeganistão. "Somos contra o reforço do contingente militar português no Afeganistão e iremos exigir que o assunto seja alvo de uma decisão

parlamentar", destacou Miguel Portas.

Lembrando que o Bloco nasceu há 10 anos, o eurodeputado referiu que um dos temas sobre o qual o Bloco se bateu logo na sua fundação foi contra o reforço dos meios militares portugueses

nos Balcãs. Miguel Portas criticou ainda os resultados da recente cimeira do G20, por não ter existido uma posição definitiva sobre os paraísos fiscais. "Decidiu-se que os paraísos fiscais podem continuar, sem serem paraísos judiciais", condenou o euro-

deputado. "Se qualquer estado pedir uma informação sobre qualquer offshore este tem de a prestar. Por isso somos contra o sigilo bancário que oculta todos os ganhos ilícitos", sustentou.



# BREVES DO BLOCO

## BLOCO/MADEIRA CONTESTA VERBA MILIONÁRIA PARA ESTÁDIO DE FUTEBOL



FLICKR / ELLIEVANHOUTE

Numa altura em que “milhares de madeirenses se vêem em situação de desemprego, de trabalho precário e não têm o que colocar na mesa para matar a fome aos seus filhos, o Governo Regional decide atribuir uma verba de 31 milhões de euros para que um clube de futebol construa o seu estádio”, criticou o coordenador regional dos bloquistas madeirenses. Roberto Almada diz que o Bloco não está contra as verbas atribuídas ao desporto, mas que, em tempo de crise, “atribuir verbas milionárias a um clube é uma ofensa a todos os madeirenses”.

## BLOCO/SINTRA LANÇA PETIÇÃO PELO REFORÇO DE COMBOIOS NA LINHA DE SINTRA



FLICKR / J-CORNELIUS

O Bloco/Sintra lançou uma petição para exigir o reforço do serviço de comboios na linha de Sintra, através da disponibilização, pela CP, de mais uma composição por hora com partida e chegada a Sintra e a Meleças. A iniciativa enquadra-se na campanha sobre transportes públicos, mobilidade e ordenamento do espaço urbano que o Bloco está a levar a cabo.

## MOÇÃO DE CENSURA DO BLOCO AO EXECUTIVO PS APROVADA EM FARO

O Bloco/Faro apresentou na Assembleia Municipal um voto de censura à Câmara e ao PS por ambos terem colocado diversos painéis na via pública da cidade em locais que anteriormente tinham desaconselhado os partidos a colocar propaganda, em nome do “bom ambiente”. A moção foi aprovada e até a bancada do PS reconheceu o erro.

## BLOCO/BARCELOS INAUGURA SEDE CONCELHIA

Depois de Braga, Famalicão e Guimarães, Barcelos já tem sede do Bloco. O Bloco/Barcelos inaugurou a sede concelhia, a quarta sede do Bloco no distrito de Braga. José Maria Cardoso, da concelhia de Barcelos e deputado municipal, sublinhou que “a nova casa agiliza o trabalho, é a semente para pessoas de diferentes idades e trajetórias dizerem o que pensam”. Leia a notícia na página do Bloco/Barcelos.

## BLOCO/S.J.MADEIRA DIVULGA PROPOSTAS PARA RESPONDER À CRISE SOCIAL



FLICKR / RICARDO CASTRO

O Bloco/São João da Madeira esteve nos Bairros Sociais do concelho, onde deu a conhecer as propostas de combate à crise social e reafirmou a exigência de isentar do pagamento de água as famílias com mais dificuldades, junto com o fim da Taxa de Disponibilidade no serviço da água, que cobra a cada consumidor um imposto de 4,00 sem razão nenhuma. O Bloco defende que a autarquia proceda à identificação e reabilitação de todas as casas devolutas e degradadas, que devem ser relocaladas no mercado de habitação com rendas a custo controlado, garantindo que todas as pessoas possam ter direito à habitação digna, com preços realistas e dentro das possibilidades de cada um.

## ENTRONCAMENTO: APOIO A FAMÍLIAS DESEMPREGADAS REJEITADO PELA MAIORIA PSD

O PSD, maioritário na Câmara Municipal do Entroncamento, rejeitou esta segunda-feira a proposta do Bloco de Esquerda para apoio social de emergência às famílias em que ambos os membros do casal estão desempregados e inscritos no Centro de Emprego ou quando o rendimento per capita do agregado familiar é igual ou inferior a metade do salário mínimo nacional. Nos casos em que estas famílias são o suporte familiar de filhos que frequentam um ou mais estabelecimentos de ensino do Entroncamento, a Câmara assegurar-lhes-ia o almoço na cantina, o pequeno almoço na escola, nos dias lectivos, e o passe mensal nos TURE durante o período lectivo. Daria também alguma ajuda na despesa com o fornecimento de água.

## LOUÇÃ E TEIXEIRA LOPES CRITICAM CORTES DE ÁGUA NO BAIRRO SOCIAL DE ALDOAR

Um grupo de dirigentes do Bloco encontrou-se com moradoras e moradores de Aldoar. O grande tema foram os cortes de água feitos a dezenas deles. Francisco Louçã apresentou a proposta do Bloco para garantir serviços mínimos de abastecimento de água, escalões de cobrança e forma de financiamento através dum fundo de solidariedade.

## BLOCO/SALVATERRA REJEITA ENSAIOS COM CULTURAS TRANSGÉNICAS



SXC

O Bloco/Salvaterra de Magos exige que o Ministério do Ambiente assumira as suas responsabilidades legais e determine a recusa de autorização para ensaios de cultivo de espécies de milho geneticamente modificadas, promovidos pela multinacional dos transgénicos Monsanto.

## BLOCO/GUIMARÃES DEFENDE PARTICIPAÇÃO E TRANSPARÊNCIA NA CAPITAL EUROPEIA DA CULTURA 2012



FLICKR / RUI ALMEIDA

O Bloco/Guimarães propôs na Assembleia Municipal que a empresa municipal criada para gestão da Capital Europeia da Cultura 2012 tivesse estatutariamente limitação temporal, sugerindo também que fosse criado um Conselho Geral da empresa. A maioria PS chumbou a proposta.

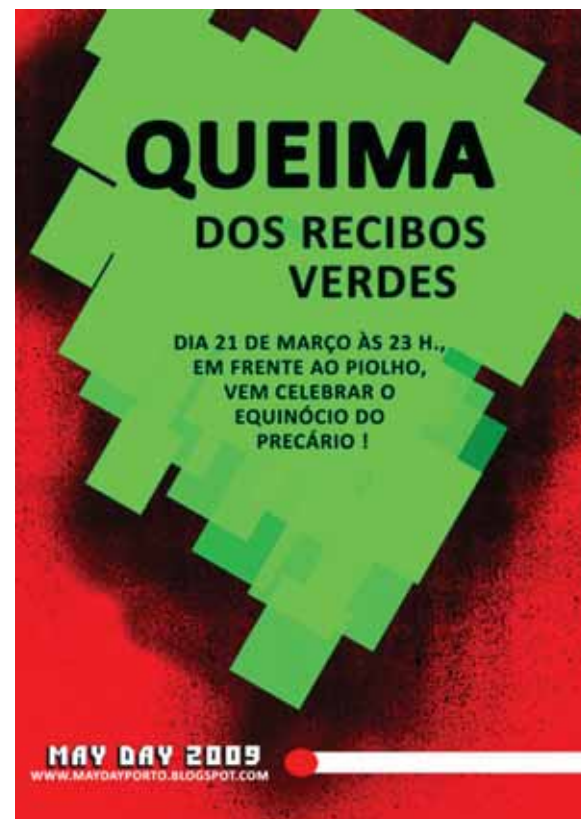
## BLOCO/BARREIRO CONTESTA CANDIDATURA AO QREN SEM PARTICIPAÇÃO DA POPULAÇÃO

A Coordenadora Concelhia do Barreiro do Bloco de Esquerda acusa a Câmara Municipal desta cidade, de avançar com a candidatura ao QREN no domínio dos “Programas integrados de valorização de áreas urbanas de excelência, inseridas em centros históricos” sem ter primeiro acautelado uma participação efectiva da população local.



# MAYDAY 2009: UM GRITO CONTRA A PRECARIEDADE

Pela terceira vez em Portugal, centenas de jovens mobilizam-se para mais uma parada Mayday no primeiro dia do mês de Maio: um desfile que junta o protesto, a festa, a revolta e a rebeldia, contra a precariedade que congela a vida de tantos e hipoteca os desejos de muitos. É um movimento que está a crescer e a sair do armário: desta vez, haverá Parada Mayday não só em Lisboa mas também no Porto. [TEXTO DE MIGUEL REIS](#)



Não é para menos. Se cresce o protesto, há muitas e boas razões para isso. É que nos últimos 10 anos a precariedade em Portugal aumentou 52%. Em 1998, 12% dos trabalhadores experimentavam a corda-bamba e a ausência de direitos. Dez anos depois, este número já representa mais de 17% da força de trabalho. E, claro, os números falam por baixo: as estatísticas registam 900 mil precários, mas há muitos "falsos recibos verdes" que não entraram nestas contas.

A precariedade pura e dura já atinge 35,5% dos jovens dos 15 aos 34 anos. Mas cada vez mais ela deixa de ser um problema só dos jovens. O novo código do trabalho, refém das leis da flexi-segurança aí está para o mostrar: facilitação dos despedimentos, trabalhadores reféns dos horários dos patrões, fim do pagamento de horas extraordinárias. E para a Função Pública acabaram-se as certezas de um emprego seguro, através da

introdução dos contratos individuais de trabalho.

A precariedade e o desemprego andam de mãos dadas. Muitos jovens e não só alternam continuamente estas duas realidades. O governo e os patrões justificam a primeira como se quisessem evitar a segunda, ou seja, se não queres o desemprego, sujeitas-te a esta precariedade, porque não dá para mais. É esta a proposta apresentada às pessoas que mais sofrem com a crise: "ter pouco rendimento ou nenhum rendimento, ter péssimas condições laborais ou nenhuma condições laborais, viver mal ou mal viver." E, bem vistas as coisas, o aumento do desemprego aparece como uma excelente oportunidade para os patrões e o Estado substituírem trabalho seguro por trabalho precário. Na verdade, a precariedade não combate o desemprego, é precisamente o desemprego que promove a precariedade e a precariedade que propicia o desem-

prego. São as duas melhores amigas dos patrões, porque são a forma mais eficaz de chantagear os trabalhadores.

O Mayday junta a revolta dos que são pisados e descartáveis: do "recibo-verde" ao trabalhador da empresa de trabalho temporário, do estagiário não remunerado ao pensionista, do imigrante ilegal ao endividado perante o banco. Como diz um dos panfletos distribuídos à população pelos promotores do Mayday 2009 "A precariedade não faz reféns, ataca os mais velhos e os mais novos, expropriando – em nome dos interesses de uma minoria – aquilo que as pessoas têm de mais rico: a sua capacidade de criar e produzir. O que não há para os trabalhadores, desempregados e reformados passou a haver para bancos e grandes empresas."

Desde a estreia em Milão (2001), o MayDay tem-se multiplicado por todo o mundo. Em 2007, a inicia-

tiva chegou a Lisboa, repetindo-se em 2008. Este ano, realiza-se pela primeira vez simultaneamente em Lisboa e no Porto. O Mayday 2009 já começou e dificilmente passa despercebido, dado que se multiplicam as acções de preparação.

Foram encerradas simbolicamente Empresas de Trabalho Temporário, aquelas que engordam com a precariedade, roubando uma parte do salário do trabalhador. As cidades de Lisboa e do Porto também já experimentaram as cores do protesto em stencil. Mais ainda, o Porto foi palco de uma "queima dos recibos verdes", quais jovens universitários que antes de celebrarem o final do curso já mergulharam na precariedade que os vai acompanhar pela vida. Em Lisboa, o Mayday 2009 também marcou presença na ocupação pacífica de um centro de emprego, denunciando o facto de, neste país, os desempregados serem tratados como delinquentes. Em

Coimbra, está em curso um ciclo de cinema sobre precariedade. As acções vão-se multiplicando: das performances de "equilíbrio" – mostrando como é difícil equilibrar e suportar todas as coisas que fazem parte da vida - aos "congelamentos instantâneos" - tudo vai servindo para crescer até ao dia 1 de Maio.

As acções vão sendo preparadas em assembleias semanais, em Lisboa e no Porto, que contam com o envolvimento de cada vez mais jovens. De facto, mesmo que alguém o quisesse, é impossível ignorá-los. A esperança que transportam levou também Carvalho da Silva a participar num debate promovido pelos Precários Inflexíveis. O Secretário Geral da CGTP considerou que "o movimento precário pode ajudar a que os sindicatos se tornem melhores". E, acrescentamos, o inverso também é verdadeiro.